

13/08/2026 11:30:52 - AE NEWS

AUSTIN RATING/ALEX AGOSTINI: PLP DOS COMBUSTÍVEIS AJUDA BC A COMBATER INFLAÇÃO DE OFERTA

Por Gustavo Nicoletta

São Paulo, 13/08/2026 - O projeto que reduz a tributação sobre combustíveis aprovado ontem pelo Congresso Nacional ajuda a evitar o aumento nos preços destes produtos e, consequentemente, colabora para o trabalho do Banco Central (BC) de combater a inflação, segundo o economista-chefe da Austin Rating, Alex Agostini.

"É um instrumento importante, que ajuda muito no combate ao efeito secundário de aumentos de preços por uma questão de crise de oferta como o conflito do Oriente Médio. E os efeitos secundários têm que ser combatidos. O governo claramente ajuda no esforço do Banco Central para combater essa inflação de oferta", afirmou.

O PLP estabelece que, no exercício financeiro de 2026, as renúncias de receita do Poder Executivo Federal que tenham como objetivo mitigar os impactos econômicos causados pelo conflito no Oriente Médio poderão ser compensadas por meio do aumento extraordinário de receita da União no setor de óleo e gás.

As renúncias consistem na redução de alíquotas de tributos federais aplicáveis à importação, à produção e à comercialização de óleo diesel rodoviário, biodiesel, gasolina e suas correntes, etanol e querosene de aviação. O Poder Executivo também concederá subvenção aos produtores de etanol hidratado, no limite de R\$ 1,2 bilhão.

Para Agostini, a estrutura do programa de subvenção deixa o caráter do programa mais transparente e menos eleitoreiro, ainda que o projeto tenha trazido uma série de auxílios que não estavam previstos na proposta original.

"Pelo lado fiscal, poderia haver uma preocupação muito grande com as desonerações porque o caixa do governo está estrangulado. Mas o PLP acabou sendo muito positivo porque, no caso dos combustíveis, as renúncias e compensações têm como contrapartida o aumento da arrecadação via ganhos extraordinários com petróleo", afirmou.

Se a arrecadação extra com o petróleo ficar abaixo do previsto, diz Agostini, o texto também traz alternativas. O governo incluiu na legislação uma trava para aumento de despesas da União. A partir de 2026, caso o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias (RARDP) que antecede o envio do Orçamento aponte para um déficit primário do governo central, fica vedado, no ano seguinte, o crescimento de despesa primária resultante de vinculações acima do limite de despesas para o Executivo.

Além dessa restrição, também há a proibição da contabilização das receitas de petróleo para calcular a programação de receitas vinculadas à receita corrente líquida (RCL) do País. O dispositivo é restritivo porque, sem a arrecadação com o óleo e gás, a RCL tende a ser menor, logo, o crescimento daquela despesa indexada a ela, também.

Os gatilhos só poderiam ser retirados depois que o governo conseguisse apurar superávit primário anual. Como mostrou a Broadcast, essa trava foi negociada pelo governo justamente para compensar os jabutis incorporados ao projeto, que têm elevado custo fiscal.

"Ainda que soe com certa preocupação com as compensações, haverá as travas em gastos obrigatórios. No final das contas, foi uma medida bastante equilibrada, diferente de outras medidas no passado, nas quais só havia despesa e não havia compensação por meio de receita."

13/Ago/2026 11:39